

FRACASSO ESCOLAR E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: um olhar crítico sobre a educação contemporânea e a atuação da Psicologia Escolar
SCHOOL FAILURE AND MEDICALIZATION CHILDHOOD: a critical look at contemporary education and the role of School Psychology

Kamily Vitória Ferreira da Silva¹, Faculdade UMFG, kamilyferreiradasilva9@gmail.com

Matheus Paganelli², Faculdade UMFG, theuspgnelli@gmail.com

Veronica Cuchneirik Campos Litwinkuk³, Faculdade UMFG, veronicalitw@hotmail.com

Carla Eliza Rodrigues Machado⁴, Faculdade UMFG, carla.machado@umfg.edu.br

Resumo: A medicalização da infância tem se intensificado no contexto educacional, convertendo dificuldades comuns do desenvolvimento infantil em transtornos clínicos. Este estudo teve como objetivo refletir criticamente sobre como o fracasso escolar tem contribuído para a medicalização infantil, propondo alternativas pedagógicas mais sensíveis às singularidades da infância. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, fundamentada na análise de 6 artigos publicados entre 2019 e 2024, obtidos nas bases Google Acadêmico, SciELO e PePSIC. Os resultados apontam que comportamentos como agitação e desatenção têm sido frequentemente patologizados e tratados com psicofármacos, desconsiderando fatores pedagógicos, contextuais e socioculturais. Essa lógica reduz o fracasso escolar a uma disfunção individual, ocultando falhas estruturais do sistema de ensino. A psicologia escolar surge como campo estratégico ao propor escuta qualificada, práticas interdisciplinares e intervenções que valorizam a subjetividade, contribuindo para a redução das práticas medicalizantes. Conclui-se que é urgente repensar os modelos educacionais e a formação docente, priorizando abordagens humanizadas que respeitem a diversidade infantil e promovam uma educação inclusiva e ética.

Palavras-chave: Medicalização; Infância; Fracasso escolar; Psicologia escolar.

Abstract: The medicalization of childhood has intensified in the educational context, turning common developmental difficulties into clinical disorders. This study aimed to critically reflect on how school failure has contributed to the medicalization of children, proposing pedagogical alternatives that are more sensitive to the singularities of childhood. It is a narrative literature review based on the analysis of six articles published between 2019 and 2024, obtained from the databases Google Scholar, SciELO, and PePSIC. The results indicate that behaviors such as restlessness and inattention are frequently pathologized and treated with psychotropic drugs, disregarding pedagogical, contextual, and sociocultural factors. This logic reduces school failure to an individual dysfunction, concealing structural flaws in the educational system. School psychology emerges as a strategic field by proposing qualified listening, interdisciplinary practices, and interventions that value subjectivity, contributing to the reduction of medicalizing practices. It is concluded that it is urgent to rethink educational models and teacher training, prioritizing humanized approaches that respect childhood diversity and promote inclusive and ethical education.

Keywords: Medicalization; Childhood; School Failure; School Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo da medicalização da infância, tornando-se uma prática cada vez mais presente nas instituições escolares e nos serviços de

¹ Discente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG

² Discente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG

³ Discente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG

⁴ Especialista em Fundamentos de Psicanálise pela UNIFIL e em Neuroaprendizagem pela UNICESUMAR. Docente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG.

saúde (Alves; Brandão; Bacelar Júnior, 2021). Diante de comportamentos como dificuldades de aprendizagem, desatenção, agitação ou atitudes que não se alinham às normas socialmente aceitas no contexto escolar, muitas crianças têm sido encaminhadas para avaliação médica. Como consequência, é comum que recebam diagnósticos como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), entre outros (Dias; Martins; Oliveira, 2020).

Embora tais diagnósticos possam, em muitos casos, corresponder a condições legítimas que demandam atenção, observa-se que uma parcela significativa dessas classificações é utilizada para justificar situações que, em diversos contextos, refletem problemas de natureza educacional especialmente no que se refere ao fracasso escolar (Hornblas, 2023).

Dessa forma, o fracasso escolar tem se configurado recorrentemente, reduzido a uma questão de ordem médica, e a criança, antes considerada um sujeito em desenvolvimento, passa a ser vista como um indivíduo com um transtorno. Nesse contexto, comportamentos comuns da infância como agitação, distração, timidez ou dificuldades no processo de aprendizagem são patologizados. A medicalização, sob essa perspectiva, funciona como uma resposta simplificada a problemas educacionais e sociais, deslocando o foco das falhas estruturais da educação para uma lógica biologizante e comportamental (Beltrame; Gesser; Souza, 2019).

Diante disso, este estudo busca promover uma reflexão crítica sobre como o fracasso escolar corrobora para a medicalização infantil, ao analisar suas implicações e a urgência de estratégias pedagógicas alinhadas às singularidades da infância.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que segundo Rother (2007) consiste em uma análise de publicações acadêmicas que tem por objetivo final a discussão de um tema sob um determinado ponto de vista teórico e contextual. Inicialmente o tema foi explorado em um trabalho avaliativo da disciplina de Psicopatologia do curso de Psicologia da Faculdade UMFG, no qual o foco foi “A Medicalização da Infância”. Tal atividade serviu de base para a ampliação da discussão e aprofundamento da temática, originando o presente estudo.

Subsequentemente, foram realizadas pesquisas aprofundadas com base em artigos disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e PePSIC. Tal busca ocorreu entre março a junho de 2025, utilizando os seguintes descritores: “medicalização da infância”, “fracasso escolar”, “ações educativas” e “psicologia escolar” bem como suas respectivas variações. Foram incluídos 6 artigos em português publicados entre os anos de 2019 a 2024, nos quais foram lidos e analisados na íntegra, sendo eles: Alves, Brandão e Bacelar Junior (2021); Alves, Oliveira e Petraglia (2024); Beltrame, Gesser e Souza (2019); Dias, Martins e Oliveira (2020); Dentee (2015) e por fim Hornblas (2023).

3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Na contemporaneidade, é possível observar um processo crescente de patologização das dificuldades de aprendizagem, especialmente no contexto escolar. O insucesso acadêmico é frequentemente compreendido como expressão da incapacidade individual em atingir os padrões de desempenho previamente estabelecidos pelas instituições educacionais (Scarin; Souza, 2020). Tal concepção contribui para a ampliação do uso indiscriminado de psicofármacos, configurando um cenário de medicalização do fracasso escolar.

Nesse contexto, há um deslocamento das problemáticas educacionais para o campo clínico, o que implica uma interpretação das dificuldades de aprendizagem como questões de ordem

exclusivamente biomédica, cuja resolução estaria vinculada, prioritariamente, à intervenção medicamentosa. Esse movimento restringe o campo de possibilidades pedagógicas, obscurecendo alternativas educativas que considerem as singularidades do sujeito e os determinantes socioculturais envolvidos no processo de escolarização (Alves; Brandão; Bacelar Júnior, 2021).

Hornblas (2023), denota a tese da existência de uma fronteira pedagógica imposta por um processo patologizante das dificuldades de aprendizagem, na medida em que tal perspectiva desloca o foco da escola para a clínica. A partir de narrativas de profissionais da saúde, da educação e dos pais, o autor evidencia como o uso da medicalização representa uma resposta rápida e simplificada aos desafios estruturais enfrentados no contexto escolar contemporâneo. Essa prerrogativa desvia a atenção da necessidade urgente de uma reestruturação do ensino, desde as normativas gerais até a elaboração e aplicação do projeto político-pedagógico.

Ao adotar uma lógica biomédica, ignora-se a complexidade dos processos de aprendizagem, desconsiderando a subjetividade dos indivíduos e os contextos socioculturais nos quais estão inseridos. Manfré (2020), argumenta que isto culmina em um processo de patologização do escopo escolar, esvaziando a formação crítica e reduzindo os sujeitos a meros diagnósticos. Sob esta ótica, o fracasso escolar é interpretado como uma falha individual, ocultando problemas pedagógicos mais profundos, como currículos inflexíveis, práticas excludentes e ausência de políticas inclusivas. Esse cenário reforça a urgência de repensar profundamente o modelo educacional vigente, substituindo o enfoque medicamentoso por abordagens que valorizem a diversidade, a escuta e a singularidade do sujeito em sua trajetória formativa (Hornblas, 2023).

O ser humano possui uma constituição cercada de atravessamentos, que se manifestam ao longo de todo o seu desenvolvimento. A utilização de psicofármacos configura uma estratégia de regulação de estados internos por meio da ação de agentes externos, promovendo efeitos que partem do exterior para o interior do sujeito. Para Dias, Martins e Oliveira (2020), o uso de medicamentos pode gerar impactos negativos sobre o indivíduo, especialmente quando ocorre de forma indiscriminada e desvinculada de um acompanhamento interdisciplinar. Entre os principais efeitos adversos do uso de psicofármacos em crianças e adolescentes estão: o risco de dependência química, alterações metabólicas (como ganho de peso), efeitos extrapiramidais (como tremores e rigidez muscular), sonolência excessiva e alterações no apetite e comprometimento da adesão a tratamentos não-farmacológicos. Tais fatores podem acarretar severas consequências no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, além de mascarar as reais questões subjacentes ao comportamento ou ao processo de aprendizagem, dificultando a adoção de intervenções pedagógicas e psicossociais mais adequadas (Scarin; Souza, 2020).

Dentee (2015), reforça esta ideia ao nominar o processo atual de medicalização infantil como uma epidemia contemporânea, desconsiderando as condições escolares e familiares da criança, em uma ação de transferência de responsabilidade do sistema educacional, escolar e familiar para a criança.

Alves, Oliveira e Petraglia (2024), destacam o fortalecimento do papel da psicologia escolar, como um agente importante no enfrentamento da medicalização infantil, partindo de uma postura crítica, que ultrapasse o processo de adaptação da criança ao sistema educacional. Diante do crescente processo de rotulação de comportamentos infantis como transtornos clínicos, a Psicologia se apresenta como uma prática abrangente, capaz de promover uma compreensão mais humanizada e contextualizada das dificuldades vivenciadas pelo sujeito.

Frente aos impactos da medicalização, é pertinente observar e elaborar alternativas educacionais que valorizam práticas integradoras, que observem a complexidade do desenvolvimento infantil, reforçando o papel familiar e escolar no processo educacional, com a aplicação de estratégias como metodologias diversificadas, ambientes escolares mais flexíveis e um apoio interdisciplinar, de modo atuar em conjunto com educadores e familiares, contribuindo pra ressignificar as dificuldades infantis, como expressões subjetiva e contextuais e não apenas como disfunções que necessitam de

medicação (Alves; Oliveira; Petraglia, 2024).

Neste cenário o profissional de psicologia, deve assumir um papel de imparcialidade, atuando de modo a envolver a escuta atenta das demandas escolares, formação dos professores e o incentivo a práticas pedagógicas mais inclusivas. Assim a psicologia escolar se apresenta como um instrumento essencial no ambiente escolar, acolhendo de forma sensível as singularidades dos sujeitos, valorizando a infância em toda a sua diversidade e complexidade (Alves; Oliveira; Petraglia, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, compreende-se que a medicalização da infância revela uma tendência social de buscar soluções rápidas para problemas complexos. Na maioria das vezes, observa-se à medicalização da criança em detrimento de uma investigação profunda às origens dos comportamentos considerados desviantes, rever as condições da escola que ela frequenta ou mesmo analisar criticamente as práticas pedagógicas vigentes. Progressivamente, a infância tem sido negligenciada e apagada por exigências de desempenho e por padrões comportamentais que comprometem a espontaneidade, como a criatividade, expressão própria e a diversidade entendida como o modo singular de cada criança se desenvolver, influenciado por fatores como cultura e ambiente familiar.

Nesse contexto, a Psicologia Escolar assume um papel fundamental, não apenas para a identificação e acolhida das dificuldades de aprendizagem, mas também atuando como mediadora entre a criança, a escola e a família, viabilizando uma escuta mais ativa e qualificada trazendo uma perspectiva delicada a subjetividade de cada indivíduo. Ao invés de reforçar lógicas medicalizantes, ela propõe sua desconstrução, sugerindo intervenções que valorizem a singularidade e ampliem as possibilidades educativas sem recorrer, de imediato, à medicalização de comportamentos.

Se faz necessário reanalisar a compreensão que vem sendo colocada acerca dos obstáculos que as crianças vêm enfrentando nas escolas e entender que na infância o indivíduo ainda está em desenvolvimento, onde todas as dificuldades escolares aparentes não devem ser diretamente ligadas a diagnósticos. Diante disso, destaca-se urgentemente a necessidade de uma abordagem mais empática e multidisciplinar, em conjunto a área psicológica, pedagógica e médica que tenha seu foco voltado para o respeito da integralidade da infância e que repense o papel da escola, da saúde e da sociedade na concepção de novas gerações. A redução do fracasso escolar ao fenômeno da medicalização é como tapar os olhos frente a um sistema que recusa a mudança.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fulvia Cristina do Carmo; BRANDAO, Marileny Boechat Frauches; BACELAR JUNIOR, Arilton Januário. **A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa.** Mental, Barbacena, v. 13, n. 24, p. 1-25, dez. 2021. Disponível em: <[A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa](#)>. Acesso em: 28 Mai. 2025.

ALVES, Maria Dolores Fortes; OLIVEIRA, Maria Betânia Correia de; PETRAGLIA, Izabel Cristina. Práticas integradoras e inclusivas na educação infantil como alternativa à medicalização do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), sob o olhar da complexidade. **Educação e Linguagem**, São Bernardo do Campo, v.26, n.1, p.87-104, jul./2024. Disponível em: <<https://revistas.metodista.br/index.php/educacaolinguagem/article/view/585>>. Acesso em: 28 Mai. 2025.

BELTRAME, Rudinei Luiz; GESSER, Marivete; SOUZA, Simone Vieira; Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. **Psicol. estud.**, v.24, e42566, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42566> Acesso em: 13 junho 2025.

DIAS, Pollyana Ferreira; MARTINS, Andressa Alves; OLIVEIRA, Gabriela Luiza da Silva; et al. Contexto e consequências do uso de psicofármacos em crianças e adolescentes. **Revista Educação em Saúde**, Anápolis, v.8, n.1, p. 1-10, jun./2020. Disponível em: <<https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/4617>> . Acesso em: 28 Mai. 2025.

DENTEE, Magali Leticia. Medicalização infantil: uma epidemia contemporânea? Trabalho de Conclusão de Curso, **Centro Universitário UNIVATES**, Lajeado, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/51328925.pdf>>. Acesso em: 28 Mai. 2025.

HORNBLAS, David Sergio. **A medicalização do fracasso escolar: narrativas de profissionais médicos, da educação e pais**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/69145>. Acesso em: 28 maio 2025.

MANFRÉ, Ademir Henrique. **Crítica da medicalização na educação escolar: um saber necessário na formação de professores**. Debates em Educação, Maceió, v. 12, n. 27, p. 545-564, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6243>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul. Enferm**, 2007; 20(2):v-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001> Acesso em: 28 mai. 2025

SCARIN, Ana Carla Cividanes Furlan; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Medicalização e patologização da educação: desafios à Psicologia Escolar e Educacional**. Psicologia Escolar e Educacional, Porto Alegre, v.24, n.1, e214158, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NK7KFMcM8Wb9fYrhQgpgwj5c/> . Acesso em: 16 jul. 2025.